

# Amazônia: cenário de jogos de guerra

**Nova doutrina da Otan dispensa apoio das Nações Unidas em intervenções militares, o que preocupa Forças Armadas brasileiras**

Pedro Paulo Rezende  
Da equipe do Correio

Dois cenários de guerra. No primeiro, organizações não-governamentais pedem a intervenção das Nações Unidas para conter o massacre de índios ianomâmis. Antes do caso chegar ao Conselho de Segurança, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) intervém. Um contingente desembarca por via aérea na região, que é declarada um protetorado internacional.

No segundo cenário, uma força internacional desembarca no litoral carioca a pretexto de defender o meio ambiente da Amazônia. Sua chegada é antecedida por ataques de aviões invisíveis às bases aéreas de Santa Cruz, Anápolis e Canoas, aos quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro e do Setor Militar Urbano (em Brasília) e às bases navais da Ilha das Cobras e Mocanguê (no Rio) e de Aratu (Bahia).

Esses dois cenários aparentemente catastróficos foram simulados em jogos de guerra brasileiros, executados usando computadores do extinto Estado Maior das Forças Armadas. Não foi por acidente: a preocupação com uma intervenção estrangeira, motivada pela Amazônia, movimentou o pensamento estratégico do país.

**PRETEXTOS**

Em meados de 1992, o Colégio Interamericano de Defesa, sob orientação do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, reuniu militares das Américas em Washington para sugerir a transformação das Forças Armadas latino-americanas em forças especiais de combate ao narcotráfico. O jogo de guerra elaborado para o encontro? Nada menos que uma invasão da Amazônia brasileira.

A razão apresentada para a intervenção seria impedir a devastação da floresta amazônica. Os brasileiros contestaram a idéia e alertaram que o Brasil é um país muito diferente do Panamá ou de Granada, lembrando, com citações ao Vietnã, que a guerra na selva não poderia ser confundida com a Guerra do Golfo.

A situação passou a preocupar os militares nacionais ainda mais nos últimos meses, com a reunião de Washington, que comemorava os 50 anos da aliança atlântica, na qual os Estados Unidos propuseram a redefinição dos objetivos e prerrogativas do bloco.

**INTERVENÇÃO**

No documento, firmado logo após a intervenção em Kosovo, a organização considera-se autorizada a intervir em locais onde considerar imperiosa a defesa dos direitos humanos, o combate ao narcotráfico e a defesa das reservas estratégicas da humanidade — como a Amazônia, a maior biosfera restante. Tudo isso sem prévia autorização das Nações Unidas.

Mas o que poderia ser feito pelo

Brasil para resistir a uma intervenção estrangeira? A resposta é nada. O pensamento estratégico nacional procura atacar as possíveis causas de uma ação internacional — a preservação do meio ambiente, o combate ao narcotráfico e a defesa das comunidades indígenas.

Com base nesse diagnóstico, dois programas foram criados, o Sistema de Vigilância e Monitoramento da Amazônia (Sivam), da Aeronáutica, e o Projeto Calha Norte, do Exército. No primeiro, uma rede de radares e sensores, complementada por equipamentos de vigilância e monitoramento montados em aviões e satélites de sensoriamento, controla as fronteiras e os ataques ao meio ambiente.

No caso do Calha Norte, 10 mil homens foram deslocados da região Sul para formar um cinturão na fronteira norte do país. Pequenos postos garantem uma presença militar em pontos-chaves. Ao mesmo tempo, bases de retaguarda equipadas com pistas de pouso funcionam como áreas de reforço e de abastecimento.

O Calha Norte foi concebido para servir de ponto de apoio para o povoamento da região. Os postos de retaguarda serviriam para abrigar, nos chamados "galpões de terceiros", agências do Banco do Brasil, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e dos ministérios da Saúde e da Previdência.

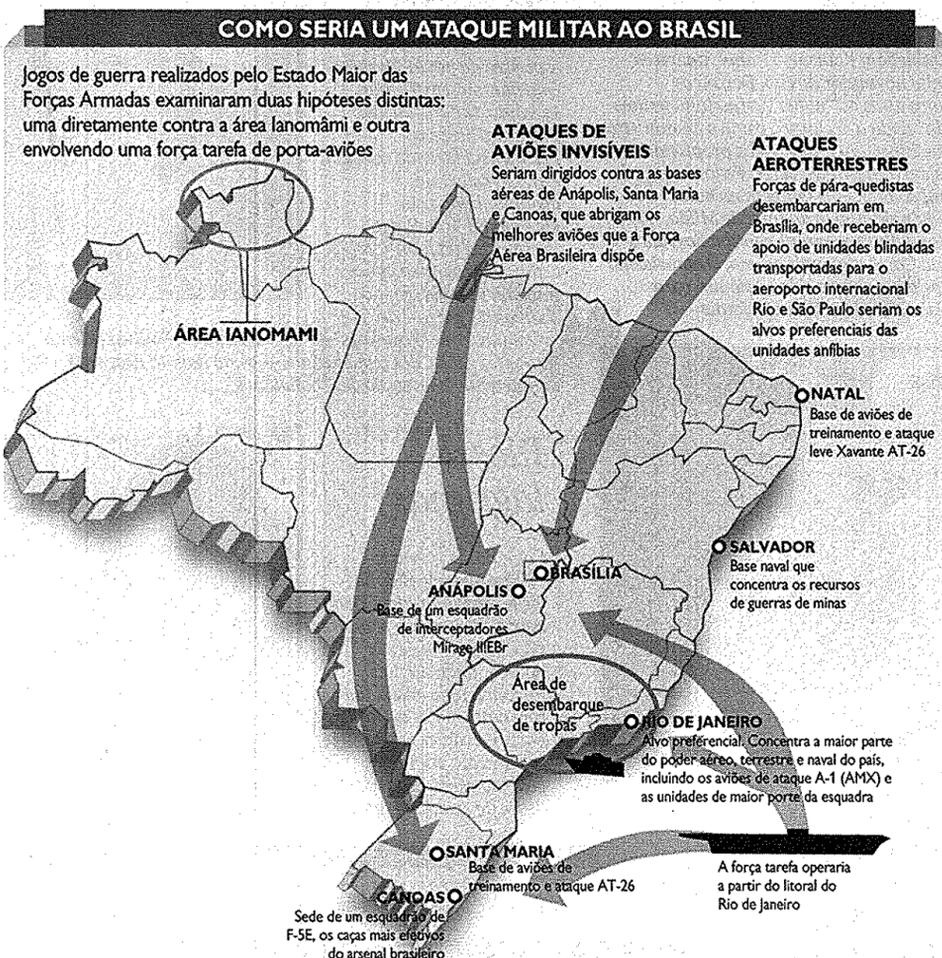
A idéia do Calha Norte é criar núcleos que servissem como polos geradores de cidades, o que contraria o pensamento da maioria das organizações não-governamentais que tratam do problema amazônico. O Sivam, por sua vez, visa criar uma rede de controle, sem qualquer movimentação de contingentes populacionais.

O Calha Norte começou a ser implantado na década de 80. O Sivam, depois de uma longa discussão, passou a ser instalado em 1994, depois que a norte-americana Raytheon ganhou a concorrência internacional, preocupando muitos militares nacionalistas — para os quais os Estados Unidos estão entre os maiores interessados em intervir na região.

**MITO?**  
Há um risco real de intervenção? Os três maiores estudos de estratégia do país acreditam que sim, mesmo divergindo quanto

à maneira em que ela ocorreria. O coronel Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, pensa que ela não seria terrestre. Segundo ele, desde o Vietnã as Forças Armadas norte-americanas priorizam cada vez mais o poder aéreo para minimizar as baixas entre seus efetivos.

Ele lembra que, na Guerra do Golfo, as ações por terra se realizaram depois de intenso bombardeio. As forças iraquianas estavam totalmente desmoralizadas quando começou a ofensiva dos tanques e infantaria. Em apenas 48 horas, tudo



**AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS**

AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA
Efetivos: 30 mil homens	Efetivos: 200 mil homens	Efetivos: 50 mil homens
Aviões de caça: 68	Tanques: 400	Porta-aviões: 1
Aviões de ataque: 79	Helicópteros: 100	Aviões: 24
Aviões de treinamento e ataque: 200	Artilharia pesada: 200 canhões	Helicópteros: 40
Aviões de transporte: 100	Lança-foguetes: 4	Fragatas: 14
Helicópteros: 100	Mísseis anti-aéreos: 120	Corvetas: 5
	Canhões anti-aéreos: 36	Submarinos: 6
		Caça-minas: 6

estava resolvido. Em Kosovo, a Otan lançou uma ofensiva aérea de 79 dias contra a Iugoslávia, causando poucas baixas entre os militares adversários, mas destruindo a força produtiva do país.

Mas haveria uma alternativa mais barata e simples no caso brasileiro. "Acredito que uma intervenção no Brasil não seria feita pela Otan e sim pelo G-7 (grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo)", afirma Cavagnari. "As Forças Armadas brasileiras são inadequadas para enfrentar qualquer desafio, mas nossa rede infra-estrutura e indústria é dispersa, o que minimizaria os riscos dela ser destruída por uma ofensiva aérea. Não teríamos como resistir às pressões econômicas do chamado Primeiro Mundo. Essa seria a maneira mais eficiente de conseguirmos seu intento".

**IMPOTÊNCIA**

Cavagnari diz que o Brasil passa por um período de observação: "Os Estados Unidos têm consciência das imensas dificuldades de vigiar uma região tão extensa quanto a Amazônia. Mas essa atitude compreensiva pode mudar a partir da instalação do Sivam, quando teremos os meios adequados para exercer um controle mais efetivo. O problema é que teremos a vigilância mas não os meios de ação adequados para tomar medidas concretas. Falta mobilidade e equipamento para nossas Forças Armadas e nada

está sendo feito". Por isso, Cavagnari defende um engajamento nos efetivos e investimentos em equipamentos modernos. "Temos quase 300 mil homens em armas, o que é um exagero, e não há coordenação entre o pensamento estratégico das três forças". O especialista também condena o uso de militares em ações contra o narcotráfico, como os Estados Unidos defendem, e lembra que essa alternativa fracassou em outros países, aumentando a corrupção nas casernas.

Depois do fim da Guerra Fria, os departamentos de Defesa e de Estado norte-americanos já manifestaram sua intenção de adequarem as Forças Armadas latino-americanas a um papel semi-policial, a exemplo da Costa Rica. Segundo Cavagnari, vários seminários estão sendo promovidos em Washington para promover essa idéia — inclusive com a participação de três integrantes do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

**TIMIDEZ**

Lembrando que a ação diplomática do país é demasiadamente tímida para evitar essas ofensivas, Cavagnari acredita que a maior lição de Kosovo foi o total esvaziamento do papel da Rússia e da China, graças ao papel secundário do Conselho de Segurança das Nações Unidas na crise.

O almirante Mário César Flores,

ex-ministro da Marinha de Fernando Collor, acha que qualquer possibilidade de intervenção militar na Amazônia é ficção. "Temos que ser amigos dos Estados Unidos e não ficar alimentando esse tipo de paranóia", afirma. Num mundo desbalanceado pelo fim da Guerra Fria, a única alternativa seria o alinhamento com o Ocidente. "Na época em que havia dois blocos, quando a União Soviética dividia a liderança mundial, ainda havia como fugir do papel hegemônico dos Estados Unidos", lembra. "Hoje, isso não é mais possível".

Segundo o ex-ministro, uma intervenção militar na Amazônia teria um custo político elevado e não seria aprovada pela Europa e outros países americanos. Mas ele acredita que pressões econômicas possam ser exercidas pelo G-7 caso os países desenvolvidos, sob liderança norte-americana, sintam que seus interesses estão comprometidos.

Já o almirante Armando Vidigal, autor do livro *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, acha possível uma intervenção militar estrangeira na Amazônia. O cenário mais viável seria o de uma ação localizada dentro de uma área restrita, conhecida dentro do extinto Estado Maior das Forças Armadas como "hipótese Ianomâmi", talvez apoiada por forças tarefas atuando na região de Belém. "Outras alternativas teriam um custo político alto demais."

**ANÁLISE DA NOTÍCIA**

**CONVITE À INVASÃO**

As hipóteses de intervenção militar estrangeira no país são extremamente remotas, mas deveriam ser levadas a sério apesar disso. O Brasil encontra-se completamente despreparado para enfrentar qualquer ameaça externa. Uma operação nos moldes da executada contra a Iugoslávia ou contra o Iraque encontraria um cenário favorável, que promete poucas baixas contra as unidades agressoras. Mal comparando, o Brasil é um lutador de boxe velho e gordo, num mundo em que predominam ágeis lutadores de caratê.

A defesa contra ataques aéreos é praticamente inexistente. Em todo o território nacional existem apenas três grupos de artilharia antiaérea modernos, localizados em Lagoa Santa, Brasília e Curitiba. São apenas 36 peças (a Iugoslávia contava com mais de mil). O efetivo de mísseis também é inadequado. Temos 120 mísseis portáteis Strella de fabricação russa, adquiridos na década de 80, projetados para uma defesa aproximada de unidades de infantaria, mas totalmente inapropriados para cobrir uma ampla área (só desse modelo, mais de 1.500 estavam disponíveis para as forças sérvias, que também contavam com sistemas de defesa de área, um dos quais derubou o primeiro caça invisível F-117 num conflito).

A Força Aérea é um respeitável amontoado de sucatas voadoras que inclui caças Mirage III EBr (20), F-5E Tiger II (52) e velhos aviões de treinamento e ataque Xavante AT-26. Os 79 aviões de ataque A-1, fabricados pelo consórcio italo-brasileiro AMX, são mais modernos, mas sofrem, até hoje, dez anos depois de serem implantados na Força Aérea Brasileira, de sérios problemas de desenvolvimento. Os canhões interferem nos radares e descalibram os equipamentos eletrônicos.

Brasília está praticamente desprotegida e seria um alvo fácil para ataques de unidades aeroterrestres. O país tem poucas forças blindadas, helicópteros de transporte de tropas, artilharia terrestre e defesa costeira. A força melhor equipada é a Marinha, que conta com barcos de superfície e submarinos modernos, fruto de uma administração extremamente competente do ministro Mário César Rodrigues, titular da pasta nos últimos seis anos. Mas existem algumas carências. Doze submarinos estavam nos planos preparados na década de 80 e apenas cinco foram construídos.

Um outro aspecto complicador é o desmonte da indústria bélica nacional. Os ministérios militares tentaram criar na década de 80 um parque de produção sem garantia de encomendas internas. Funcionou enquanto Irã e Iraque estavam em guerra. A prova de que esse projeto não tinha fôlego apareceu em 1986, quando a Engesa, ficou sem encomendas. (PPR)

CB  
27/6/99 Pg 6  
AMR 0100